

Assistência Estudantil no Brasil e o Programa de Bolsa Permanência

Resumo: É essencial analisar a responsabilidade estatal na garantia dos direitos na educação superior, principalmente em relação à escassez de recursos destinados às políticas de permanência estudantil. Nesse contexto, o objetivo deste estudo é compreender como a literatura aborda o apoio e a assistência estudantil no ensino superior, especificamente no caso do Programa de Bolsa Permanência (PBP) e seu impacto na trajetória dos estudantes nas universidades federais brasileiras. Será realizada uma análise sistemática da literatura, incluindo artigos, dissertações e teses, a fim de compreender a assistência estudantil e o PBP, sua implementação, sucessos, fracassos e desafios no Brasil. A literatura destaca o histórico da assistência estudantil no país, diferentes fases de implementação, debates sobre o tipo ideal de assistência e suas perspectivas filosóficas, seu papel como ação afirmativa e a necessidade de políticas educacionais adequadas aos novos perfis de estudantes. Além disso, ressalta-se a escassez de pesquisas que forneçam dados quantitativos e qualitativos sobre a trajetória acadêmica dos estudantes beneficiados pela assistência estudantil no ensino superior.

Palavras-chave: Assistência Estudantil. Permanência Estudantil. Programa de Bolsa Permanência. Políticas Educacionais. Ensino Superior.

Student Assistance in Brazil and the Permanence Grant Program

Abstract: It is essential to analyze the state's responsibility in ensuring rights within higher education, particularly in relation to the scarcity of resources allocated to student retention policies. In this context, the aim of this study is to understand how the literature addresses support and student assistance in higher education, specifically in the case of the *Permanence Grant Program* (Programa de Bolsa Permanência – PBP) and its impact on the academic trajectory of students at Brazilian federal universities. A systematic literature review will be conducted, including articles, dissertations, and theses, to examine student assistance and the

PBP—its implementation, successes, failures, and challenges in Brazil. The literature highlights the historical development of student assistance in the country, different implementation phases, debates about the ideal type of support and its philosophical perspectives, its role as an affirmative action, and the need for educational policies suited to the new student profiles. Furthermore, it emphasizes the lack of research providing quantitative and qualitative data on the academic trajectories of students supported by student assistance in higher education.

Keywords: Student Assistance. Student Retention. Permanence Grant Program. Educational Policies. Higher Education.

1 Contexto histórico: a trajetória da educação superior no Brasil

A formação do Brasil, desde a chegada dos colonos europeus, foi marcada pela desigualdade entre os diferentes grupos presentes no território. Durante a colonização, essa desigualdade se manifestou nas relações entre os colonizadores brancos europeus e os colonizados indígenas, bem como entre os senhores de engenho brancos europeus e os escravizados indígenas, africanos e mestiços nascidos na colônia.

Após a abolição da escravidão, não houve ações governamentais efetivas, como uma reforma agrária, para garantir a inclusão daqueles que antes estavam em situação de escravização. Como resultado, a desigualdade persistiu, com os grandes proprietários de terras acumulando riquezas enquanto os libertos não tinham acesso a moradias dignas. Ao longo dos anos, a desigualdade entre as classes sociais no Brasil continuou, embora tenha havido algumas melhorias em relação aos direitos e à distribuição de riqueza. Ainda assim, a disparidade social permanece, seguindo o padrão estabelecido no século XVII.

A desigualdade social no Brasil pode ser observada em várias áreas, sendo a educação um exemplo claro das discrepâncias de oportunidades e privilégios. O acesso a um ensino superior de qualidade e à assistência estudantil foi inicialmente reservado aos brasileiros mais

ricos, e somente após muita luta dos movimentos estudantis, trabalhadores e docentes é que esses direitos foram estendidos às populações mais vulneráveis.

A origem do ensino superior no Brasil remonta ao século XIX, com a chegada da Coroa portuguesa. As primeiras instituições de ensino superior foram criadas em 1808, com o objetivo de atender às demandas do Estado. Já as universidades, baseadas no tripé “ensino-pesquisa-extensão”, surgiram somente a partir de 1930, em um contexto de mudanças voltadas para o desenvolvimento científico e discussões filosóficas. A demora na criação de universidades se deveu tanto ao controle político exercido pela metrópole, que não permitia a independência da colônia, quanto à falta de interesse dos próprios brasileiros, que não viam motivos suficientes para estabelecer essas instituições (Souza, 2017).

2 Assistência estudantil na educação superior brasileira

As políticas públicas são estratégias elaboradas para lidar com os problemas públicos, que envolvem a disparidade entre a realidade idealizada e a realidade existente. Essas políticas podem ser implementadas tanto por órgãos governamentais quanto por entidades privadas (Lima e Mendes, 2020).

No contexto da educação brasileira, é importante destacar que desde a Constituição Imperial de 1824, a educação é garantida como um direito (Imperatori, 2017). No entanto, as dificuldades enfrentadas pelos estudantes para permanecerem nas instituições de ensino superior se tornam um problema público, e, nesse sentido, as políticas de assistência estudantil se configuram como políticas públicas.

A história da assistência estudantil no Brasil pode ser dividida em três fases distintas (Dutra; Santos, 2017 *apud* Kowalski, 2012). Na primeira fase, que ocorreu antes mesmo da criação da primeira universidade, a assistência estudantil era concedida apenas à burguesia brasileira que frequentava as universidades, e de forma fragmentada, sem legitimidade estatal.

A partir da década de 80, impulsionada por debates e lutas dos movimentos sociais, teve início uma segunda fase, marcada pela redemocratização do ensino superior. A Constituição Federal de 1988 foi um marco importante nesse processo, pois, embora não tratasse especificamente do ensino superior, foi nela que se encontraram os fundamentos para justificar a importância e a legitimidade da assistência estudantil nas universidades (Dutra; Santos, 2017).

A terceira fase corresponde a um período de expansão e reestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e de investimentos significativos em programas e ações de assistência estudantil. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096/2007, foi um marco nessa fase e tinha como objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior por meio do aproveitamento dos recursos existentes nas universidades federais (Dutra; Santos, 2017).

Portanto, as políticas de assistência estudantil são uma forma de assistência aos estudantes, fornecendo os recursos necessários para auxiliá-los a permanecerem no ambiente acadêmico. Essas políticas passaram por diferentes fases ao longo da história do Brasil, impulsionadas por mudanças políticas e debates sociais, visando garantir a democratização e o acesso à educação superior.

3 Entre concordâncias e divergências: as diversas perspectivas em torno da assistência estudantil - no ensino superior brasileiro

A fim de garantir a permanência e conclusão dos estudantes universitários, é necessário adotar uma combinação de iniciativas que promovam tanto a igualdade de posições quanto a igualdade de oportunidades, como destacado por Costa e Dias (2015). Isso implica compreender as estratégias utilizadas pelo Estado brasileiro para lidar com os desafios enfrentados por esses novos perfis de estudantes.

Assistência Estudantil no Brasil e o Programa de Bolsa Permanência*Vitória Beatriz Rocha Benedito**André Luiz Vieira Dias*

5

Dutra e Santos (2017) mencionam que as discussões sobre assistência estudantil têm sido embasadas em diferentes contextos e posições regionais, gerando debates em torno de questões cruciais. Entre as polêmicas destacadas estão: o público-alvo da assistência (alguns defendem que ela deve ser estendida a todos os estudantes, não apenas aos mais carentes, e é importante considerar outras formas de vulnerabilidade além da socioeconômica); a abrangência das ações (a assistência estudantil não deve se limitar ao apoio financeiro, mas também deve abranger aspectos emocionais, de saúde e a qualidade do ambiente acadêmico); e a gestão dos programas de assistência (alguns defendem que os estudantes beneficiados devem participar da gestão). A assistência estudantil deve ser vista como uma política educacional, não apenas uma política de assistência social, com regulamentações e objetivos específicos (Dutra; Santos, 2017).

Silva e Barbosa (2019) destacam que o golpe de 2016 no Brasil impulsionou a retomada da agenda neoliberal, incluindo a privatização das instituições de ensino superior. Nesse contexto, a assistência estudantil se torna crucial para proteger aqueles que necessitam desse suporte e para o desenvolvimento nacional. Ela é caracterizada como uma política social que visa combater desigualdades regionais, étnico-raciais, culturais e sociais por meio do acesso, permanência e conclusão de estudantes considerados pobres nas instituições de ensino superior públicas, com o objetivo de promover a cidadania. A assistência estudantil atua como um mecanismo para garantir a plena integração desses estudantes, complementando as ações afirmativas na democratização do ensino superior (Silva; Barbosa, 2019).

Costa e Dias (2015) ressaltam que, com a ampliação do acesso ao ensino superior, surge a necessidade de desenvolver estratégias que garantam a permanência e o bom desempenho dos estudantes. Não basta apenas proporcionar o acesso, é preciso implementar políticas que promovam a permanência e a conclusão dos cursos.

Assistência Estudantil no Brasil e o Programa de Bolsa Permanência

Vitória Beatriz Rocha Benedito

André Luiz Vieira Dias

6

A evasão de estudantes do ensino superior é influenciada por diversos fatores, como apontado por Imperatori (2017) com base em Bardagi e Hutz. Entre esses fatores estão: insatisfação com horários das disciplinas, falta de cursos noturnos, dificuldade em conciliar trabalho e estudo, relacionamento professor-aluno desfavorável, falta de integração social na universidade, expectativas não atendidas, falta de informações sobre curso e profissão, baixo desempenho acadêmico, reprovações e problemas financeiros. A questão socioeconômica exerce um impacto direto nos estudos, por isso a assistência estudantil se torna relevante para melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes, evitando o abandono e o trancamento de matrícula. No entanto, é importante questionar se o critério de renda é suficiente para identificar todas as formas de vulnerabilidade que os estudantes possam enfrentar, além de considerar se esse valor de renda se aplica a todas as realidades do Brasil (Imperatori, 2017).

Portanto, é necessário adotar políticas públicas de assistência estudantil que sejam abrangentes, levando em conta não apenas a dimensão socioeconômica, mas também outros aspectos que afetam a permanência e o bom desempenho dos estudantes no ensino superior. Essas políticas devem contemplar apoio financeiro, mas também oferecer suporte emocional, serviços de saúde, melhorias na estrutura acadêmica e promover a participação dos estudantes na gestão dos programas de assistência (Dutra; Santos, 2017).

Em suma, o enfrentamento das desigualdades históricas e a garantia da permanência dos estudantes no ensino superior exigem a adoção de políticas de assistência estudantil que promovam a igualdade de posições e oportunidades, considerando as especificidades de cada contexto regional. A assistência estudantil deve ser vista como uma política educacional, que complementa as ações afirmativas, e busca garantir a integração plena dos estudantes nas instituições de ensino superior, por meio do acesso, permanência e conclusão de seus cursos. Além disso, é fundamental ampliar o escopo da assistência estudantil, abordando outras formas de vulnerabilidade além da socioeconômica e envolvendo os estudantes beneficiados

Assistência Estudantil no Brasil e o Programa de Bolsa Permanência

Vitória Beatriz Rocha Benedito

André Luiz Vieira Dias

7

na gestão dos programas. Dessa forma, será possível enfrentar os desafios e garantir o sucesso acadêmico dos estudantes universitários no Brasil.

4. Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)

O PNAES é uma política pública criada em 2007, com o objetivo de garantir a permanência e conclusão dos estudantes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no Brasil. O PNAES é um tema que tem sido abordado em diversos estudos acadêmicos, e a literatura apresenta diferentes perspectivas sobre o programa.

Segundo Recktenvald, Mattei e Pereira (2018), o PNAES pode ser compreendido a partir de distintas epistemologias, incluindo o positivismo, o utilitarismo, o funcionalismo, o sistemismo, a dialética e a complexidade. O olhar positivista tende a ser reducionista, ao se basear em dados positivos e limitar-se ao imediatismo. Por outro lado, o utilitarismo considera a utilidade do PNAES para diferentes grupos de interesse, como a nação, o governo, os estudantes, os pais, o corpo docente e a equipe administrativa. O funcionalismo examina as finalidades do programa, destacando a importância da ampliação das condições de permanência dos estudantes nas IFES.

Uma disfunção identificada no PNAES é o problema da distância geográfica entre as instituições e a residência dos estudantes, causada pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU). Essa disfunção é tratada pela epistemologia sistêmica, que estuda as relações entre os problemas complexos existentes no programa. Os autores apontam a necessidade de restaurar o equilíbrio entre os subsistemas do PNAES, evitando que um auxílio, como moradia, se sobreponha a outros, como alimentação.

A perspectiva dialética é apontada como importante para evidenciar as melhorias necessárias no PNAES. Segundo Recktenvald, Mattei e Pereira (2018), a complexidade do

Assistência Estudantil no Brasil e o Programa de Bolsa Permanência

Vitória Beatriz Rocha Benedito

André Luiz Vieira Dias

8

programa requer a consideração de várias variáveis que afetam seu funcionamento, como interesses governamentais, dos estudantes, do corpo docente e da administração. Nesse sentido, as avaliações do PNAES devem ser realizadas considerando perspectivas múltiplas e abordagens teórico-metodológicas diversas.

No entanto, a literatura também destaca a escassez de instrumentos avaliativos amplos para abordar o PNAES em âmbito nacional. A maioria dos estudos existentes se concentra em realidades locais e não apresenta uma avaliação abrangente do programa. Além disso, os relatórios do Ministério da Educação analisados pelos pesquisadores não fornecem dados sobre a efetividade do PNAES.

Para realizar uma avaliação justa das políticas públicas, é necessário considerar perspectivas múltiplas e abordagens pluralistas, que englobem métodos quantitativos e qualitativos. A participação dos atores sociais envolvidos no processo de implementação e destinação final dos recursos também é crucial. Essas abordagens garantem que nenhuma concepção se sobreponha a outra e proporcionam uma compreensão mais abrangente do PNAES.

O estudo de Andrade e Teixeira (2017) enfatiza que a assistência estudantil vai além do aspecto financeiro, sendo fundamental considerar o apoio pedagógico, pessoal e psicológico, bem como a orientação acadêmica. Os autores destacam a importância de abordar o PNAES de forma abrangente, compreendendo suas diversas dimensões e a inter-relação entre elas.

Outra pesquisa relevante é a de Souza et al. (2019), que investigou a percepção dos estudantes beneficiados pelo PNAES em relação aos impactos do programa em sua trajetória acadêmica. O estudo apontou que os alunos reconhecem a importância da assistência estudantil para sua permanência e conclusão do curso, destacando os benefícios relacionados à moradia, alimentação, transporte, saúde, cultura e esporte.

Além disso, Souza et al. (2019) ressaltam que o PNAES contribui para a redução da desigualdade de oportunidades no acesso e permanência no ensino superior, favorecendo a inclusão social e a democratização da educação. Os autores enfatizam a necessidade de fortalecer e expandir o programa, aprimorando sua estrutura e ampliando os recursos destinados à assistência estudantil.

No entanto, mesmo diante dos avanços proporcionados pelo PNAES, é importante reconhecer que ainda existem desafios a serem enfrentados. Lima e Mendes (2020) destacam a escassez de instrumentos avaliativos abrangentes e a falta de dados sobre a efetividade do programa em nível nacional. Eles enfatizam a importância de adotar abordagens múltiplas, combinando perspectivas positivistas, experimentais, construtivas e pluralistas, além de promover a participação dos atores sociais envolvidos na avaliação.

Em suma, o PNAES é uma política pública que busca garantir a permanência e conclusão dos estudantes nas Instituições Federais de Ensino Superior. A literatura aponta diferentes perspectivas para compreender o PNAES, como o positivismo, o utilitarismo, o funcionalismo, o sistemismo, a dialética e a complexidade.

Os estudos destacam que o programa tem trazido benefícios para a nação, o governo, os estudantes, os pais, o corpo docente e a equipe administrativa das universidades. No entanto, existem desafios a serem superados, como a disfunção SISU e a necessidade de avaliações abrangentes e participativas.

Para aprimorar o PNAES, é fundamental considerar abordagens plurais e multidisciplinares, valorizando a participação dos atores envolvidos e buscando constantemente melhorias que garantam a efetividade do programa e a promoção da equidade no acesso e permanência no ensino superior.

5. Programa de Bolsa Permanência (PBP)

Assistência Estudantil no Brasil e o Programa de Bolsa Permanência

Vitória Beatriz Rocha Benedito

André Luiz Vieira Dias

10

Em meio ao processo de expansão e democratização do ensino superior brasileiro, o PBP foi criado em 2013 com o objetivo de minimizar desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para a permanência e conclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, quilombolas e indígenas (Dutra; Santos, 2017).

O PBP é uma assistência estudantil pecuniária oferecida a estudantes quilombolas, indígenas e aqueles matriculados em cursos de carga horária igual ou superior a 5 horas diárias que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O valor dessa assistência varia, sendo de R\$400 para estudantes em cursos de carga horária igual ou superior a 5 horas diárias e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e de R\$900 para estudantes quilombolas e indígenas devido às suas especificidades (Brasil, 2013).

No III Seminário Nacional de Assistência Estudantil, realizado pela UNE em 2014, estudantes reivindicaram a reformulação do PBP para remover o critério da carga horária, mantendo apenas o critério da vulnerabilidade socioeconômica. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) também destacou a revisão do programa como um dos principais assuntos em pauta naquela gestão (Dutra; Santos, 2017).

Martins, Terra e França (2020) analisaram sete trabalhos sobre políticas de ações afirmativas no ensino superior brasileiro e o PBP, concluindo que todos os autores concordam com a importância do programa. No entanto, apontaram a necessidade de ampliação da oferta e de recursos para o PBP, além da importância de não restringir a assistência estudantil apenas ao auxílio pecuniário. Também ressaltaram a carência de estudos sobre o programa centrados em estudantes quilombolas.

Bruno e Silva (2018) destacaram que o PBP é um instrumento indispensável à dignidade humana de indígenas e quilombolas, relacionando-o às políticas públicas e às ações afirmativas. O artigo enfatiza a importância das ações afirmativas na promoção da dignidade

Assistência Estudantil no Brasil e o Programa de Bolsa Permanência*Vitória Beatriz Rocha Benedito**André Luiz Vieira Dias*

11

humana e da igualdade e aponta que o programa é essencial para garantir que estudantes quilombolas e indígenas concluam o ensino superior.

Maurício (2015) apresentou os resultados de uma pesquisa qualitativa com estudantes beneficiários do PBP na Universidade Federal do Tocantins. O estudo identificou a percepção dos estudantes sobre o programa e ressaltou a importância de manter a assistência estudantil como política perene.

Souza (2017) investigou os impactos acadêmicos do PBP em estudantes quilombolas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. A pesquisa revelou as dificuldades enfrentadas pelos estudantes na educação superior, destacando o papel do programa na melhoria do desempenho acadêmico, na participação em atividades acadêmicas e no fortalecimento da autoestima dos estudantes beneficiários.

Conforme destacado por Souza (2017), o PBP tem sido fundamental para reduzir a evasão escolar e promover a conclusão dos cursos entre os estudantes quilombolas. A assistência financeira fornecida pelo programa supre suas necessidades básicas, como alimentação, moradia e material didático, o que diminui as dificuldades enfrentadas no contexto universitário.

Nesse sentido, é evidente a importância do auxílio financeiro do PBP, pois como afirma Souza (2017, p. 26), ele “garante a permanência desses estudantes nas universidades e institutos federais, amenizando dificuldades financeiras e garantindo a continuidade de seus estudos”. Isso demonstra que a bolsa tem sido efetiva no apoio aos estudantes quilombolas, proporcionando-lhes condições adequadas para se dedicarem aos estudos.

No entanto, é necessário reconhecer que o PBP ainda enfrenta desafios em relação à sua efetividade e expansão. É fundamental, conforme ressalta a pesquisa de Souza (2017), que haja um aumento significativo no investimento financeiro destinado ao programa, de modo a abranger um número maior de estudantes. Essa ampliação é crucial para garantir que mais

indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, quilombolas e indígenas, possam acessar e se manter no ensino superior.

Além disso, para aprimorar a assistência estudantil oferecida pelo PBP, é necessário ir além do auxílio pecuniário. Souza (2017) argumenta que é preciso adotar medidas que atendam outras demandas dos estudantes, como apoio psicossocial, orientação acadêmica e acesso a atividades culturais e esportivas. Dessa forma, é possível criar um ambiente propício ao desenvolvimento integral dos beneficiários do programa, contribuindo para sua formação acadêmica e pessoal.

A avaliação constante do programa, como destaca Souza (2017), é fundamental para identificar possíveis melhorias e ajustes necessários. É necessário analisar a implementação e os resultados do PBP em diferentes contextos e regiões do país, considerando as particularidades e demandas específicas de cada grupo beneficiário, como os estudantes quilombolas e indígenas.

Em suma, o PBP é uma iniciativa importante para assegurar a inclusão e a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, quilombolas e indígenas no ensino superior. No entanto, é preciso continuar aprimorando e fortalecendo essa política pública, ampliando sua abrangência e adotando medidas que proporcionem uma assistência estudantil mais completa e efetiva. Somente assim, será possível contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, como argumentado por Souza (2017).

6 Considerações finais

A literatura descreve detalhadamente o percurso histórico da assistência estudantil no ensino superior brasileiro no território nacional, destacando fases distintas da implementação desta assistência estudantil no Brasil. Como observado por Souza (2017), a primeira fase da

Assistência Estudantil no Brasil e o Programa de Bolsa Permanência

Vitória Beatriz Rocha Benedito

André Luiz Vieira Dias

13

assistência estudantil caracterizou-se por atender apenas pessoas das classes mais altas da sociedade, que eram as principais beneficiárias das universidades brasileiras até cerca de 1980.

Conforme ressaltado por Souza (2017), a segunda fase da assistência estudantil ocorreu em conjunto com o processo de redemocratização do país, quando surgiram debates e discussões sobre desigualdade social e democratização de direitos. Foi nesse contexto que a assistência estudantil começou a ser repensada para atender os novos perfis de estudantes, incluindo aqueles das classes menos abastadas e mais marginalizadas.

A terceira fase da assistência estudantil, conforme mencionado por Souza (2017), coincidiu com o processo de expansão e reestruturação das instituições federais de ensino superior, o que possibilitou o ingresso de um número maior de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Essa fase caracterizou-se pela busca de uma assistência estudantil mais abrangente e inclusiva, alinhada com as ações afirmativas e as políticas de reserva de vagas.

No entanto, a literatura destaca que não existe um modelo único de assistência estudantil capaz de atender a todas as necessidades dos estudantes universitários. Como ressaltado por Souza (2017), cada estudante possui demandas específicas, e é necessário considerar essas diversidades ao elaborar políticas de assistência. Isso inclui a participação dos próprios estudantes na definição das políticas, como forma de evitar exclusões e garantir que suas necessidades sejam atendidas de forma adequada.

Além disso, a literatura argumenta que a assistência estudantil deve ser compreendida como um direito e não como uma caridade. Como mencionado por Souza (2017), historicamente, a assistência estudantil no Brasil foi concebida para atender às camadas mais elitizadas da sociedade, e somente após a expansão e democratização do ensino superior é que passou a abranger outros perfis de estudantes. Nesse sentido, a assistência estudantil deve ser

Assistência Estudantil no Brasil e o Programa de Bolsa Permanência

Vitória Beatriz Rocha Benedito

André Luiz Vieira Dias

14

pensada como uma ação afirmativa que busca garantir a igualdade de oportunidades no acesso e permanência no ensino superior.

No contexto do PBP, é importante destacar que existem lacunas nas pesquisas, como apontado anteriormente por Souza (2017). Poucos estudos abordam especificamente o PBP, sua implementação nas universidades federais brasileiras e seus impactos na trajetória acadêmica dos estudantes beneficiários. Também é necessário investigar outras formas de assistência além do auxílio pecuniário, especialmente para os estudantes quilombolas e indígenas, levando em consideração suas especificidades étnicas, culturais e geográficas.

Diante dessas questões em aberto, é fundamental que novas pesquisas sejam conduzidas para aprimorar o entendimento do PBP.

Referências

ANDRADE, Ana Maria Jung de; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação**, Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 512-528, jul. 2017.

ARANTES, P. **O diploma e a dívida**. Sou Ciência - Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência, 2021. Disponível em: <<https://souciencia.unifesp.br/destaques/universidade-em-pauta/o-diploma-e-a-divida>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

ARAÚJO, Jair Cláudio Franco de; LEITE, Ligia Silva. Avaliação da política de apoio ao estudante desenvolvida pela UNIRIO: o Projeto de Bolsa Permanência. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 22, n. 84, p. 777-806, set. 2024.

ARAÚJO, Sandy Andreza de Lavor; ANDRIOLA, Wagner Bandeira; CAVALCANTI, Sueli Maria de Araújo; CHAGAS, Denise Maria Moreira. Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 722-743, dez. 2019.

Assistência Estudantil no Brasil e o Programa de Bolsa Permanência

Vitória Beatriz Rocha Benedito

André Luiz Vieira Dias

15

AZEVEDO, Carlos Eduardo Franco; OLIVEIRA, Leonel Gois Lima; GONZALEZ, Rafael Kuramoto; ABDALLA, Márcio Moutinho. A Estratégia de Triangulação: Objetivos, Possibilidades, Limitações e Proximidades como Pragmatismo. **IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade.** Brasília, DF, dez. 2013.

BANCO MUNDIAL. População Total em 2019. **Banco de dados de indicadores de desenvolvimento mundial.** Banco Mundial 2020. Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/pais/belgica>>. Acesso em: 21 out. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF, Presidência da República, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 7234 de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Poder Executivo. Brasília, DF, 20 de julho de 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm> Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ofício-Circular Nº 2/2016/DIPES/SESU/SESU-MEC.** Ministério da Educação, Brasília, DF, 11 mai. 2016. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/reitoria/prae/publicacoes/publi/comunicados/217-atencao-estudantes-mec-suspende-novas-inscricoes-para-o-programa-de-bolsa-permanencia-pbp>>. Acesso em: 03 out. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 389, de maio de 2013.** Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências - PBP. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 de maio de 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-bolsa-permanencia/legislacao>>. Acesso em: 03 out. 2021.

BRUNO, Maíra Bogo; SILVA, Jaqueline de Paula e. Programa Bolsa Permanência como instrumento indispensável à dignidade humana de indígenas e quilombolas. **Sistema Eletrônico de Administração de Conferências**, 9ª JICE - JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO, 03 ago. 2018. Disponível em: <<https://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/jice/9jice/paper/view/9194>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

CESPEDES, Juliana Garcia; MINHOTO, Maria Angélica Pedra; OLIVEIRA, Suzana Cristina Pereira de; ROSA, Anderson da Silva. Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, 2021.

Assistência Estudantil no Brasil e o Programa de Bolsa Permanência

Vitória Beatriz Rocha Benedito

André Luiz Vieira Dias

16

COSTA, Silvio Luiz da; DIAS, Sonia Maria Barbosa. A permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 9, n. 17, p. 51-60, jan./set. 2015.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) Educação 2019**. Brasil, IBGE, 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>>. Acesso em: 21 out. 2021.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

LIMA, Wandilson Alisson Silva; MENDES, Vera Lúcia Peixoto Santos. Estudos sobre a avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil à luz das múltiplas abordagens teórico-metodológicas. **Avaliação**, Sorocaba, v. 25, n. 01, p. 199-218, mar. 2020.

MARTINS, Mateus Augusto Almeida; TERRA, Jaqueline Carvalho Flora; FRANÇA, Marileide Gonçalves. Políticas de ações afirmativas no ensino superior brasileiro e o programa de bolsa permanência na literatura especializada. **Laplage em Revista**, v. 6, n. 1, p.7-18, 2020.

MAURÍCIO, Nathanni Marrelli Matos. Programa Bolsa Permanência: percepção dos alunos beneficiários da Universidade Federal do Tocantins, campus Araguaína. **Revista Científica do ITPAC**, Araguaína, v.8, n.2, ago. 2015.

MOREIRA, I. A. W; BAVARESCO, T. C; SILVA, V. **Assistência Estudantil no Ensino Superior:** reflexões sobre o acesso e a permanência na educação superior pública federal. Editora IOLE, 27 jul. 2021.

OLIVEN, A. C. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. **Educação**, v. 30, n. 1, jun. 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em:

Assistência Estudantil no Brasil e o Programa de Bolsa Permanência

Vitória Beatriz Rocha Benedito

André Luiz Vieira Dias

17

<<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 20 out. 2021.

PIMENTEL, Carolina. Veja fatos que marcaram os dois anos do governo Temer. **Agência Brasil**. Brasília, DF, 15 mai. 2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-05/veja-fatos-que-marcaram-os-dois-anos-do-governo-temer>>. Acesso em: 03 out. 2021.

RECKTENVALD, Marcelo; MATTEI, Lauro; PEREIRA, Vilmar Alves. **Avaliando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias**. Avaliação, Sorocaba, v. 23, n. 02, p. 405-423, jul. 2018.

SANTOS, Warley Anderson Mota dos. **Política de Assistência Estudantil**: um estudo sobre o Programa Bolsa Permanência e os primeiros beneficiários indígenas e quilombolas no IFNMG – Campus Januária. 2017. 139 p. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2017. Disponível em: <<http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/1634>> Acesso em: 07 dez. 2021.

SILVA, Maria Liduina de Oliveira; BARBOSA, Maria José de Souza. Política de Assistência Estudantil como Direito de Permanecer na Universidade Pública. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 2018 v. 16 n. 1. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22127>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

SOUZA, Erivaldo Santana de. **Impactos do Programa de Bolsa Permanência na vida acadêmica de estudantes oriundos de comunidades quilombolas**: um estudo na UFRB. um estudo na UFRB. 2017. 95 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, Cruz das Almas, 2017. Disponível em: <<http://localhost:8080/handle/prefix/1108>>. Acesso em: 07 dez. 2021.